

1 **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
2 **ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

3 **Data e horário:** 11/08/2017 - 9 h - Anfiteatro da Reitoria

4 **Presidência:** Profa. Dra. Wanda Ap. Machado Hoffmann

5 **Secretaria:** Adriane C. de Oliveira Garcia

6 **Membros presentes:** Conforme lista de assinaturas anexa.

7 **Posse:** A Presidência deu posse e boas vindas aos novos representantes junto ao CoAd: Profa.
8 Dra. Maria Iolanda Monteiro, representante suplente indicada pelo Conselho de Graduação; Profas.
9 Dras. Renata Gonçalves Mendes e Sofia Cristina I. Pavarini, efetiva e suplente respectivamente,
10 indicadas pelo CoC/CCBS; Profa. Dra. Heloísa C. Sista, representante suplente indicada pelo
11 CoC/CECH; Sr. Sérgio Ricardo Pinheiro Nunes, Prefeito Universitário do *campus* São Carlos; Prof. Dr.
12 José Augusto de Oliveira David e Profa. Dra. Naja Brandão Santana, efetivo e suplente,
13 respectivamente, indicados pelo CoC/CCN.

14 **1 – APRECIÇÃO DE ATAS**

15 Foi aprovada por unanimidade a ata da 39ª reunião ordinária de 17/03/2017.

16 **2- ORDEM DO DIA**

17 **2.1 –** Homologação das aprovações dadas *ad referendum* pela Presidência, abaixo relacionadas:

18 **2.1.1 -** Adesão ao Programa de Professor Sênior da Profa. Dra. Giselle Dupas, junto ao Departamento
19 de Enfermagem da UFSCar. *Proc. nº 2116/2017-78.*

20 A adesão ao Programa de Professor Sênior da Profa. Dra. Giselle Dupas, foi homologada por
21 unanimidade.

22 **2.1.2 –** Adesão ao Programa de Serviço Voluntário da médica dermatologista Gardênia Viana
23 Palomino, para atuar como servidora técnico-administrativa no ambulatório médico de Dermatologia de
24 USE. *Proc. nº 2215/2017-50.*

25 A Adesão ao Programa de Serviço Voluntário da médica dermatologista Gardênia Viana Palomino foi
26 homologada por unanimidade.

27 **2.1.3 –** Acordo de Cooperação Institucional entre a UFSCar e a Fundação de Apoio Institucional ao
28 Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FAI.UFSCar, visando a delegação de atribuições para a
29 captação, gestão e aplicação de recursos financeiros versados na Lei de Inovação (Lei 10973/04).
30 *Proc. nº 1924/2017-18.*

31 A Profa. Dra. Kelen Cristina Leite pediu esclarecimentos sobre o item 21 do Parecer da Procuradoria
32 Federal (PF), no que se refere as responsabilidades do ConsUni e do CoAd, a Portaria não obriga que
33 se passe pelo ConsUni este acordo, somente pelo CoAd; disse ainda não ter encontrado as portarias

34 citadas na documentação, pediu que quando houver citação de alguma norma que esta seja enviada
35 com a documentação da pauta. Com relação a dificuldade em encontrar documentos e portarias, a
36 Presidência esclareceu que não há um fácil acesso de localização, está com um grupo voltado a área
37 de informação para que possam ter um acesso dentro do repositório institucional das portarias e
38 informações mais amplas de toda a universidade. A Profa. Dra. Ana Beatriz questionou o porque deste
39 assunto ter sido autorizado *ad referendum* e também sentiu falta na documentação da minuta do
40 acordo. O Diretor da Agência de Inovação, Prof. Dr. Roberto Ferrari, com relação ao *ad referendum*,
41 era necessário fazer o repasse de royalties que estava parado há algum tempo e tem prazo para o
42 pagamento, solicitou tanto a PF quanto a Reitoria a máxima urgência e a PF em seu parecer colocou
43 que caso houvesse urgência poderia ser aprovado *ad referendum* do CoAd, desde que o mérito fosse
44 aprovado pelo Conselho de Inovação que tem competência de definir a política de inovação
45 tecnológica da universidade. Encerradas as manifestações o Acordo de Cooperação Institucional
46 entre a UFSCar e a Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico –
47 FAI.UFSCar, foi homologado por unanimidade.

48 **2.1.4** – Autoriza a nomeação do 1º classificado, Paulo Guilherme Molin, no concurso público de provas
49 e títulos para Professor Adjunto A-DE, Área Engenharia Ambiental, subárea: Gestão Ambiental, do
50 Campus Lagoa do Sino. *Proc. nº 3173/2015-11*.

51 A Presidência esclareceu que as nomeações não passam por Conselho, mas neste caso houve um
52 recurso, e estão seguindo os encaminhamentos do Conselho de Centro do Centro de Ciências da
53 Natureza. O CoAd homologou por unanimidade a nomeação do 1º classificado, Paulo Guilherme
54 Molin, no concurso público de provas e títulos para Professor Adjunto A-DE,

55 **2.2** – Análise das solicitações de adesão ao Programa de Docência Voluntária, abaixo relacionadas:

56 **a)** em caráter excepcional, da doutoranda Cássia Maria Bonifácio, junto à Coordenação do Curso de
57 Ciências Biológicas do *Campus Lagoa do Sino*. *Proc. nº 1994/2017-76*;

58 A Profa. Dra. Ana Beatriz, diretora do CCBS disse que a excepcionalidade, cuja justificativa é a
59 sobrecarga dos docentes lhe preocupa. Compartilha com o Conselho sua preocupação com o projeto
60 de implantação e com as vagas docentes que foram acordadas. A Presidência esclareceu que o
61 caráter de exceção foi aprovado pelo Conselho de Centro do CCN e todas as tramitações foram feitas
62 e o *campus* está atuando com excepcionais desde 2015 e as pactuações estão paralisadas,
63 inclusive de contratação de docentes, a universidade está buscando soluções criativas para manter os
64 cinco cursos do *campus*, por isso é necessário algumas excepcionais. O Prof. Dr. José Augusto,
65 coordenador do curso de Ciências Biológicas, explicou que a excepcionalidade ocorre por dois
66 motivos, pela candidata ser doutoranda e pelo fato de ter havido uma alteração no projeto pedagógico
67 e o conteúdo estar sendo ofertado em duplicidade, sobrecarregando a carga horária dos docentes,
68 somente neste período letivo, não é um caso recorrente. A Profa. Dra. Sheyla Mara Serra disse que
69 não podemos desmerecer os professores sem doutorado, essa situação particular é encontrada em
70 muitas contratações de professores substitutos na UFSCar. Encerradas as manifestações o CoAd

71 aprovou por unanimidade, em caráter excepcional a adesão ao Programa de Docência Voluntária da
72 doutoranda Cássia Maria Bonifácio.

73 **b)** Dra. Roberta Sanches, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. *Proc. nº*
74 *2773/2017-15;*

75 **c)** Dr. Paulo de Sousa Carvalho Jr. junto ao Departamento de Física. *Proc. nº 2811/2017-30;*

76 **d)** Dr. Osmando Ferreira Lopes, junto ao Departamento de Física. *Proc. nº 606/2017-30;*

77 **e)** Dra. Danielle F. Cucolo Nagliate, junto ao Departamento de Enfermagem. *Proc. nº 2891/2017-23*

78 As adesões ao Programa de docência voluntária, de **a** a **e**, foram aprovadas por unanimidade.

79 **2.3** – Análise da solicitação de adesão ao Programa de Serviço Voluntário do Sr. Luís Carlos Sequini,
80 servidor aposentado da UFSCar, para prestar serviços junto à Oficina de Marcenaria da Prefeitura
81 Universitária. *Proc. nº 2959/2017-74.*

82 A Sra. Sandra Navascues disse que a Portaria GR nº 252 prevê prazo determinado no termo de
83 adesão e na documentação apresentada não consta o prazo. O Sr. Sérgio Nunes, Prefeito
84 Universitário informou que o contrato será por um ano podendo ser prorrogado por mais um se for de
85 interesse do servidor. O Sr. Luís Sequini trabalhou por 40 anos na Marcenaria da UFSCar, passou por
86 uns problemas de saúde e agora que está bem quer contribuir com a UFSCar.. O CoAd aprovou por
87 unanimidade a adesão ao Programa de Serviço Voluntário do Sr. Luís Carlos Sequini.

88 **2.4** – Análise da solicitação encaminhada pela Profa. Dra. Ana Cláudia de Oliveira, do Departamento
89 de Medicina, de reconsideração de seu pedido de progressão de Adjunto Nível II para III, com data
90 retroativa a 20/10/2014. *Proc. nº 3976/2016-48.*

91 O Sr. Rafael Porto Santi, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas Adjunto relatou que a docente alega ter
92 pedido a promoção para Adjunto III em 2014 e após dois anos, quando teria uma nova promoção, para
93 Adjunto IV verificou que a de Adjunto II para III não havia se concretizado, solicitou providências junto
94 ao departamento que declarou não ter recebido qualquer solicitação de progressão, inclusive pontuou
95 que docentes que atuavam na graduação nos 5º e 6º anos, os pedidos passavam pelo Conselho
96 Departamental e que revendo as atas do conselho também não encontraram nenhuma solicitação da
97 professora. A Procuradoria Federal manifestou-se pelo indeferimento do recurso e admissão do pedido
98 de progressão a partir de 28/10/2016, data em que comprovadamente houve pedido da docente para a
99 progressão na carreira. A Profa. Dra. Wanda Hoffmann informou que a Comissão responsável pela
100 análise da progressão foi contrária à solicitação, lembrando que se aprovada a progressão imediata
101 alguém tem que ser responsável pelo pagamento retroativo da diferença de salário . A Profa. Dra. Ana
102 Beatriz, diretora do CCBS disse que quando assumiu a direção do Centro, recebia pelo malote as
103 progressões de docentes, o que lhe incomodava muito e sempre informou o Conselho e os docentes
104 que a responsabilidade pela progressão era do docente. Solicitou esclarecimento do porque este
105 assunto estar sendo analisado no CoAd, pois outros casos já foram julgados pelo ConsUni. O Sr.

106 Rafael Santi explicou que de acordo com o § 2º Art. 29 da Resolução ConsUni 819, “o interessado
107 poderá motivadamente solicitar consideração do resultado da avaliação de desempenho acadêmico à
108 própria comissão de avaliação em primeira instância e recurso ao CoAd em segunda e final instância “.
109 A Presidência relatou que alguns reitores tiveram problemas com deliberações de conselho
110 envolvendo pagamentos retroativos, e que tanto o reitor quanto os membros dos conselhos estão
111 sendo cobrados a restituir ao erário suas decisões. Diante destes fatos, vai definir como Presidente
112 dos Conselhos Universitário e de Administração e sugere aos presidentes de outros conselhos, que
113 quando a deliberação envolver pagamento retroativo, a votação será nominal, é preciso ter
114 responsabilidade com os recursos públicos. Encerradas as manifestações e colocado em votação a
115 solicitação encaminhada pela Profa. Dra. Ana Cláudia de Oliveira, do Departamento de Medicina, de
116 reconsideração de seu pedido de progressão de Adjunto Nível II para III, com data retroativa a
117 20/10/2014, foi indeferida por unanimidade.

118 **2.5 –** Análise das atualizações dos Laudos Técnicos das condições ambientais de trabalho das
119 seguintes unidades:

120 - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Ambientes compartilhados e áreas de apoio. *Proc. nº*
121 *3890/2014-53;*

122 - Departamento de Gestão de Resíduos (DGR)/SGAS. *Proc. nº 4000/2013-40;*

123 - Departamento de Morfologia e Patologia (DMP). *Proc. nº 1932/2014-11*

124 O Sr. Rafael Porto Santi, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas Adjunto disse tratar-se da atualização dos
125 laudos técnicos de algumas unidades que foram executados com base primeiramente em uma
126 denúncia do sindicato em 2014 sobre as condições de alguns setores/unidades entre outros aspectos,
127 tratando da ausência de PI's e condições de insalubridade dos ambientes de trabalho. Foi neste
128 sentido que a Divisão de Segurança no Trabalho – DiST fez o e trabalho e desenvolveu um plano de
129 ações para essas unidades. , Esse plano de ações foi apresentado e discutido com a diretora do
130 CCBS, Profa. Ana Beatriz, com a responsável pelo DGR, Dra. Ana Marta e Prof. Luiz Faria, é uma
131 providência exigida pelo Ministério Público do Trabalho, houve uma audiência há um mês atrás em
132 Araraquara com a Procuradora do Trabalho. A PF determinou que o laudo fosse submetido ao CoAD e
133 que fosse dada publicidade ao plano de ações para que os conselheiros e a comunidade ficassem
134 atentos as providências que serão tomadas. Dúvidas e esclarecimentos adicionais do ponto de vista
135 técnico poderão ser feitos ao Diretor da Divisão de Segurança no Trabalho (DiST) Eng. César Uliana.
136 A Profa. Dra. Sheyla Serra, diretora do CCET, em relação ao laudo do DGR, pediu esclarecimentos
137 sobre o acúmulo dos resíduos químicos e se há previsão de retirada, no laudo esta situação não é
138 retratada. O Eng. César Uliana explicou que os laudos foram revistos e apenas os três foram
139 atualizados por uma determinação do Ministério Público do Trabalho, a questão do esvaziamento dos
140 resíduos compete a gestão do DGR e depende de outras ações administrativas que não tem
141 conhecimento. O foco da atualização dos laudos tem a ver com as condições de trabalho repercutindo
142 aos adicionais de insalubridade. Na atualização dos laudos aproveitaram para pontuar algumas

143 condições que podem ser melhoradas, condições mais passíveis de serem adotadas. A Profa. Dra.
144 Wanda Hoffmann disse estar surpresa com a situação colocada pela diretora do CCET, participou de
145 algumas reuniões e em nenhum momento esta situação foi citada, pediu que seja feito um relatório o
146 mais rápido possível com todos os dados para que possa buscar recursos para tentar minimizar esta
147 situação. O Eng. Cezar Uliana explicou que a DiST é uma divisão de suporte técnico e não tem o
148 controle sobre dados, o Departamento de Gestão de Resíduos tem uma diretoria e acredita que todos
149 esses dados estejam à disposição. O Prof. Dr. Márcio Merino disse que houve uma liberação de
150 recursos do CT-Infra para construção de um novo espaço para a gestão de resíduos e a perspectiva é
151 que no prazo de dois anos terão um local compatível com as necessidades da universidade. A Profa.
152 Dra. Ana Beatriz, diretora do CCBS, parabenizou a DiST pela qualidade dos laudos e também pelo
153 apoio recebido da equipe, pois logo após a análise feita foi possível fazer algumas melhorias
154 principalmente no Biotério e recentemente foi contratado um médico veterinário e uma técnica de
155 laboratório que reestruturaram totalmente o Biotério. Há ainda o laboratório de Anatomia, que precisa
156 de um prédio novo e tem que ser considerado como prioridade. O Prof. Dr. Luiz Faria, Pró-Reitor de
157 Extensão disse que a gestão de resíduos está sendo tratada no Plano de Logística Sustentável (PLS)
158 da UFSCar que é uma demanda do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da
159 normativa nº 10/2012, que estabeleceu as necessidades das instituições públicas elaborarem o
160 documento como ferramenta de planejamento de prática de sustentabilidade e racionalização de
161 recursos e processos na administração pública. Há uma Comissão interna trabalhando nestas
162 questões e a questão dos resíduos perigosos é prioritária mas envolve muito mais que isso, a ideia é
163 não produzir tanto resíduo, essa é a lógica do PLS, pensar antes de gerar tanto resíduo. A Profa.
164 Dra. Sheyla Serra, perguntou sobre as possibilidades dos laudos serem complementados com fotos,
165 plantas e no caso das plantas buscar uma integração com o Escritório de Desenvolvimento Físico
166 para estar representado de forma mais visual, mais gráfica. Com autorização do plenário a Chefe do
167 Departamento de Gestão de Resíduos (DGR), Dra. Ana Marta Ribeiro disse que a CETESB em sua
168 visita à UFSCar em 2016 indicou algumas adequações que teriam que ser feitas no local de
169 armazenamento dos resíduos, e interditou o depósito por estar inadequado, por este motivo, desde
170 2016 a coleta interna de resíduos deixou de ser feita. Tentou colocar na gestão passada a importância
171 da retirada do passivo ambiental, o risco das substâncias armazenadas nos campi, pois Araras e
172 Sorocaba não possuem um local apropriado para os resíduos. Felizmente agora foi retirado o passivo
173 ambiental, 32 toneladas, já estão na segunda remoção, a expectativa é que na semana do dia 21 seja
174 retirado mais 12 toneladas, incluindo os *campi* de Araras e Sorocaba. Ao término deste trabalho
175 iniciarão o recolhimento dos resíduos nas unidades da universidade. Buscando resolver esta questão
176 de forma definitiva conseguiu fazer um edital contínuo com a empresa visando a retirada anual do
177 passivo ambiental da UFSCar para não ter mais acúmulo. Com relação ao laudo atualizado do DGR,
178 verificou que nenhuma das solicitações encaminhadas à DiST foram consideradas, nem o plano de
179 ação que havia sido proposto. Na ocasião em que o primeiro laudo foi feito, em 2013, a maioria dos
180 servidores do DGR perderam a insalubridade, entende que todas as substâncias perigosas se

181 concentram lá. O Eng. César Uliana disse que o objetivo do laudo técnico é identificar as condições de
182 trabalho no ambiente, a questão de insalubridade e periculosidade é avaliada individualmente, então é
183 passivo de terem num mesmo ambiente servidores que fazem jus a percepção de algum adicional e
184 outro que não. Com relação à sugestão da Profa. Dra. Sheyla Serra, do laudo envolver fotografias,
185 mapa de risco e gráficos, a legislação do laudo é específica, entende que talvez não houvesse
186 objeção em colocar alguma fotografia, no entanto o laudo técnico é a priori um retrato daquele
187 momento e as modificações e melhorias serão percebidas na atualização dos laudos e como o laudo
188 é um documento que é exposto, vai para outros órgãos, entende que deve ser tratado da forma como
189 está, escrita e de maneira bem objetiva. O Eng. Eduardo de Paula explicou que a questão dos
190 adicionais é tratada individualmente, considerando o ambiente de trabalho e as atividades a que a
191 pessoa está exposta, a lei define por meio de duas normas regulamentadoras o que é insalubre e o
192 que não é, o que é perigoso e o que não é, a partir destas definições segue a lei. Se colocou à
193 disposição para esclarecer dúvidas. Encerradas as manifestações, o CoAd homologou por
194 unanimidade os Laudos Técnicos das condições ambientais de trabalho do Centro de Ciências
195 Biológicas e da Saúde – Ambientes compartilhados e áreas de apoio, Departamento de Gestão de
196 Resíduos/SGAS e Departamento de Morfologia e Patologia da UFSCar.

197 **2.6 – Análise das solicitações encaminhadas pelas unidades abaixo relacionadas, para aquisição de**
198 **material permanente junto à FAI.UFSCar, com recursos de ressarcimento, oriundos de projetos**
199 **financiados pela iniciativa privada, conforme Resolução ConsUni nº 844/2016,:**

200 a)- *Departamento de Química*: computadores e gaveteiros volantes. Valor estimado R\$ 5.786,60.

201 b)- *Pró-Reitoria de Extensão (ProEX)*: Projetores multimídia, tela de projeção com tripé, conjunto de
202 caixas de som. Valor estimado: R\$ 11.778,37

203 Prof. Dr. Alberto Carmassi, vice-diretor do campus Lagoa do Sino solicitou esclarecimentos acerca das
204 solicitações para aquisição de material permanente, encaminhadas pelo CCN e da não inclusão na
205 pauta; disse ter lido a resposta encaminhada por e-mail na qual a Reitoria informa que está fazendo
206 um estudo em conjunto com a Procuradoria Federal e FAI. Deixou claro que a escolha dos itens
207 solicitados para compra foi feita pelo Conselho de Centro do CCN, inclusive com a presença do Diretor
208 de campus como convidado que também ajudou na escolha dos itens, deixou claro o iminente
209 prejuízo que isso tem causado à comunidade. A Presidência disse entender, a questão não é justificar
210 os itens, a questão advém do recurso do projeto da fazenda produtiva, é uma questão jurídica que
211 está sendo analisada e a demanda será acatada. A fazenda produtiva é voltada ao *campus* e o CCN é
212 um centro acadêmico, imagine se o Centro se dividir, como fica a fazenda produtiva, ela é algo a
213 parte, não é igual a um centro acadêmico, isto será esclarecido e regulamentado. Pede para aclamar
214 a comunidade porque está havendo muitos boatos, deixou claro que os recursos de Lagoa do Sino
215 serão aplicados lá, dentro das leis. Com relação a solicitações do Departamento de Química e da Pró-
216 Reitoria de Extensão, não houve manifestação e o CoAd aprovou por unanimidade.

217 **2.7** – Análise da solicitação de prorrogação do prazo de execução do ProDIn do DEP/LIEP, intitulado
218 “Recuperação e readequação da infraestrutura laboratorial de ensino”, aprovado pelo CoAd em
219 16/09/2016, Ato CoAd nº 220.

220 Com autorização do plenário o Prof. Dr. Roberto Tavares, responsável pelo ProDIn do DEP/LIEP,
221 explicou que este ProDIn teve início há dois anos, foram feitas várias reuniões para formalizar o que
222 seria o ProDIn, era necessário alocar o recurso para não perdê-lo. O CoAd aprovou o ProDIn no ano
223 passado. Ocorreu que na elaboração do ProDIn inicial não foi feita uma descrição detalhada das
224 intervenções necessárias para a recuperação do edifício do LIEP e a FAI solicitou este ano o
225 detalhamento e por este motivo foi necessário um prazo maior para conclusão, por isso a necessidade
226 de prorrogar o prazo para execução do ProDIn. Colocado em votação, a prorrogação do prazo de
227 execução do ProDIn do DEP/LIEP foi aprovada por unanimidade.

228 **3 – EXPEDIENTE**

229 **3.1 – Comunicações da Presidência**

230 A Presidência deu os seguintes informes:

231 - **Recursos financeiros:** Na última reunião do MEC com os reitores foi definido um contingenciamento
232 de 15% no custeio do orçamento de 2017 e 40% de corte em investimento/capital para 2017.
233 Complementar a isso tiveram de 2016 para 2017 que pagar uma dividas de aproximadamente R\$ 4
234 milhões. Com este contingenciamento e com a dívida para vencer, solicitou ao MEC e este ao
235 Planejamento que pudesse transferir 50% de investimento para custeio; o investimento na matriz
236 orçamentária é de 18 milhões, solicitou R\$ 9 milhões deste montante para custeio, porém com o corte,
237 a universidade está praticamente sem nenhum investimento. Está tentando agendar reuniões com os
238 Centros Acadêmicos para pedir apoio, para que juntos possam construir um processo de soluções
239 criativas e de apoio para vencerem o ano de 2017.

240 - **Reunião FAPESP.** Participou esta semana, com os reitores das universidades federais do estado de
241 São Paulo, de reunião na FAPESP buscando um apoio às federais do estado de São Paulo já que
242 estão em um momento difícil e esta interlocução é muito importante para obterem equipamentos
243 multiusuários que façam a diferença e que movam a fronteira do conhecimento . Esta interlocução com
244 a FAPESP, é muito importante, tem dúvidas se conseguirão avançar, mas encaminharão documentos
245 em conjunto com as universidades federias paulistas à FAPESP.

246 **3.2 – Comunicações dos Membros**

247 - *Prof. Dr. Márcio Merino, Pró-Reitor de Administração:* - **Serviço de Importação.** Foi reativado o
248 Serviço de Importação direta por parte da UFSCar. Está sendo finalizada a compra de um
249 equipamento para o campus Lagoa do Sino, um Reomêtro, já havia R\$ 200 mil empenhados desde o
250 ano passado e estavam correndo sério risco de perder por problemas no trâmite de importação. A
251 importação está finalizada . A reabertura desse serviço é muito importante, porque a universidade não
252 paga imposto para importar e se a compra for pela FAI tem imposto.

253 - **Sistema de Telefonia.** A troca do sistema de telefonia visa tornar o sistema mais moderno, seguro e
254 alinhado com as tecnologias mais recentes, além de uma redução de custos relacionados à locação de
255 equipamentos e centrais telefônicas, que atualmente representa um gasto anual de R\$ 1 milhão
256 apenas para a locação da central e aparelhos. O novo sistema utiliza software livre, baseada em
257 tecnologia VoIP, que precisa de um aparelho telefônico com características próprias. Será necessário a
258 compra dos novos aparelhos, a Universidade tem hoje 3000 aparelhos, um número exagerado, que se
259 fosse comprar os novos aparelhos teriam um custo de R\$ 500 mil, comprarão de início 1000 aparelhos
260 que serão substituídos na área administrativa, acadêmica e o restante será substituído paulatinamente,
261 ninguém ficará sem telefone. Existe também a possibilidade de substituição de ramais fixos por ramais
262 móveis, onde o serviço de telefonia pode ser prestado através do uso do próprio dispositivo do usuário
263 através da instalação de software e acesso via internet ou *wi fi* dentro do *campus*.

264 - *Leandro M. Gonçalves, representante discente da graduação* perguntou sobre a tramitação do
265 aumento do Restaurante Universitário, se há alguma atualização. O Prof. Dr. Leonardo de Andrade,
266 Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis explicou que a Comissão fez um levantamento de
267 projeções, conforme solicitado pelo CoAd em relação a não ter aumento e também em possíveis
268 aumento e o relatório está sendo finalizado. A ideia é trazer para a próxima reunião do CoAd, em
269 setembro. O representante discente Leandro solicitou que todo o material elaborado pela Comissão
270 seja encaminhado para que ele possa discutir com seus pares. A Presidência lembrou que há
271 representantes discentes na Comissão que poderiam passar aos seus pares a evolução do trabalho da
272 Comissão.

273 - *Prof. Dr. Leonardo de Andrade, Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis* informou que o
274 preço da refeição no campus de Araras foi alterado de R\$ 11 para R\$ 7,00.

275 - *Profa. Dra. Audrey Borghi, Pró-Reitora de Pós-Graduação* informou que a CAPES liberou esta
276 semana um aditivo Pró-Manutenção de Equipamentos PROAP CAPES para a Pós-Graduação no
277 valor de R\$582 mil e se destina a concerto de equipamentos, de preferência multiusuários. A ProPG
278 decidiu dividir esse montante para os programas, para que possam levantar suas demandas nos
279 laboratórios. Pediu aos diretores de centro que levem este informe aos coordenadores de pós dos
280 centros. O recurso deve ser utilizado até dezembro.

281 - *Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra, diretora do CECH* agradeceu a ProAd, a PU e a SIn na conclusão
282 da reforma do antigo prédio da Filosofia que agora será do curso de Tradução e Libras, a reforma foi
283 concluída a tempo e o curso será avaliado no p.f. dia 22. Disse que foi questionada na última reunião
284 do CoC/CECH acerca dos contingenciamentos das bolsas do CNPq. Pediu esclarecimentos. A
285 Presidência informou que há um grupo da Andifes que está semanalmente com o pessoal do CNPq e a
286 informação dada é que as bolsas atuais serão mantidas, não serão dadas novas bolsas. A Profa. Dra.
287 Audrey Borghi disse que de 2014 para cá estão tentando pressionar para que os cortes não ocorram,
288 mas até o momento não há um posicionamento sobre isso, a dificuldade financeira existe, mas não
289 está concretizada

290 - *Prof. Dr. Luiz Faria, Pró-Reitor de Extensão* disse que será assunto da pauta da próxima reunião do
291 CoEx a proposta de criação da figura da reserva técnica para os projetos de extensão, além de
292 retribuição e ressarcimento a reserva técnica é um esforço das chefias de departamentos, que se
293 aprovada poderá melhorar um pouco a gestão de recursos das unidades via projetos de extensão . É
294 uma forma de minimizar o problema de teto orçamentário , de recursos próprios que ficam bloqueados
295 por atingirem o teto, é algo muito importante , pediu a todos que sensibilizem os colegas de conselho.

296 - *Profa. Dra. Sheyla Serra, diretora do CCET* parabenizou a ProAd pela reativação do Setor de
297 Importação, agradeceu a FAI que viabilizou a compra e a chegada de um equipamento da Alemanha.
298 Teve que pedir uma exceção da FAPESP para mostrar que não pagaram imposto a mais.

299 - *Sra. Sandra Navascues, representante dos servidores técnico-administrativos*, informou que
300 recentemente foi disponibilizada a minuta de afastamento parcial/integral para servidores técnico-
301 administrativos e dentro do despacho, foi indicado pelo Pró-Reitor de Gestão de Pessoas Adjunto que
302 além da CISTAE, que a Comissão que já havia sido eleita em assembleia fosse mantida; pediu que
303 fosse feito um adendo para manter na Comissão a servidora Silmara Capovilla, que está na Comissão
304 desde o início, quando a mesma foi constituída pelo CoAd.

305 - Informou ainda que com a exoneração, a pedido, do Diretor da Divisão de Serviços Gerais e que
306 haverá em breve nova eleição, que há uma demanda para que seja analisado a possibilidade de não
307 exigir o curso superior para o cargo pois há servidores que atuam na Prefeitura Universitária que tem
308 conhecimento de ofício, mas não tem a formação exigida. O Prof. Dr. Márcio Merino, Pró-Reitor de
309 Administração disse que o argumento é válido e encaminhará a demanda para análise, se não houver
310 empecilho poderá alterar o edital.

311 Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença e colaboração dos senhores
312 conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual eu, Adriane C. de Oliveira Garcia, na
313 qualidade de secretária, redigi a presente ata que assino, _____ após
314 ser assinada pela Presidência e demais membros presentes.

315 Profa. Dra. Wanda A. Machado Hoffmann Prof. Dr. Ademir D. Caldeira Prof. Dr. Luiz Carlos de Faria

316 Profa. Dra. Audrey Borghi E Silva Prof. Dr. Márcio M. Fernandes Prof. Dr. Leonardo A. de Andrade

317 Sr. Rafael Porto Santi Profa. Dra. Maria Iolanda Monteiro Sr. Sérgio Ricardo P. Nunes

318 Sr. Rogério José H. Mello Ribeiro Sr. Antonio Carlos L. Silva Prof. Dr. Leandro I. Lopes de Faria

- 319 Sra. Maria Estela A. P. Canevarolo Sra. Roseli Cristina da R. Manzini Sr. Djalma Ribeiro Jr.
- 320 Profa. Dra. Sheyla Mara B. Serra Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira Profa. Dra. Maria de Jesus D. Reis
- 321 Prof. Dr. Jozivaldo Prudêncio G. de Morais Prof. Dr. Sérgio Dias Campos Profa. Dra. Kelen C. Leite
- 322 Prof. Dr. Danilo Rolim D. de Aguiar Prof. Dr. Alberto L. Carmassi Prof. Dr. Celso Jorge V. Boas
- 323 Profa. Dra. Renata G. Mendes Profa. Dra. Letícia Silva Souto Prof. Dr. Claudio Roberto Thiersch
- 324 Prof. Dr. José A. de Oliveira David Grad. Leandro Moreira Gonçalves Sra. Claudete Schiabel
- 325 Sra. Sandra M. Navascues Sr. Luciano M. Bento Garcia